

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM HORTOLÂNDIA/SP: 1970 A 2004

KURKA, Anita Burth

Unifesp
anitakurka@gmail.com.br

SILVA, Maria Lucia Carvalho da

PUC-SP
sssocial@puccsp.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a participação social nos lugares de Hortolândia na perspectiva teórica da geografia proposta por Milton Santos. Hortolândia foi instituída política e administrativamente como cidade em 1991. Está localizada na Região Metropolitana de Campinas, uma das mais ricas do Estado de São Paulo e do Brasil. Possui hoje uma receita expressiva, advinda dos impostos das empresas transnacionais que produzem tecnologia de ponta, mas ainda convive com um quadro de desigualdade sócio-espacial e uma infra-estrutura urbana precária. É considerada uma extensão do pólo tecnológico de Campinas. Uma das possíveis hipóteses explicativas para essa relação de coexistência entre a riqueza e a pobreza, nesse contexto, baseia-se na reflexão de Milton Santos ao tratar da relação dialética lugar/mundo, e a maneira como a globalização se revela na formação das regiões tal como a metropolitana de Campinas. As regiões são também o resultado de uma solidariedade organizacional, comandada por agentes externos, como as organizações transnacionais, a serviço do mercado. Essa relação verticalizadora atende a interesses e projetos próprios e não dos lugares, provocando assim a sua alienação. Contudo, nesses mesmos lugares, espaços do acontecer solidário, podem ocorrer também processos de resistência, como as práticas participativas na cidade de Hortolândia, a partir final dos anos 70.

Recebido em 08-09-10 • Aceito em 04-11-10

PALAVRAS-CHAVE: *participação social; território usado; emancipação política; Hortolândia; movimentos sociais.*

INTRODUÇÃO

Este artigo é decorrência de uma pesquisa que pretendeu compreender, através da concepção de território usado de Milton Santos¹, a participação social como ação política dos sujeitos nos lugares de Hortolândia², tendo em vista a efetivação do projeto político de emancipação da cidade, como uma sociedade democrática preocupada com a justiça e a equidade social. A democracia, aqui, deve ser entendida em um sentido mais amplo e universal, incluindo não apenas os direitos civis ou políticos, como os econômicos, sociais e culturais.

O conceito de território usado ou praticado, desenvolvido por Milton Santos, é mais do que o locus geográfico onde se encontra a cidade de Hortolândia com suas fronteiras. É o espaço geográfico historicizado, uma instância da sociedade, assim como a cultura, a política e a economia. Tem seu significado a partir do uso, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e sistemas de ações deliberadas ou não. Diz respeito ao espaço humano, ao espaço habitado.

Apesar de emancipada politicamente há 19 anos, Hortolândia ainda está em busca de sua identidade e vocação como cidade. Identidade como negação da igualdade, numa perspectiva dialética que leve à superação e não à recusa, como busca de alteridade, no processo de construção e reconstrução permanente de um projeto próprio de cidade.

A mundialização³ da economia capitalista e os reflexos da globalização no uso do território, segundo Santos (2004), geralmente fazem com que o

1 Milton Santos, geógrafo, professor da Universidade Federal da Bahia até 1964. Exilado, trabalhou em diversas universidades na Europa, África, América do Norte e América do Sul. Foi também professor titular e emérito de Geografia Humana na USP. Falecido em 2001, construiu uma epistemologia onde as categorias espaço e tempo saíram do plano do pensamento puro para se tornarem suportes do conhecimento geográfico.

²O município de Hortolândia está localizado na região sudeste de São Paulo e faz divisa com Campinas, Monte Mor e Sumaré. Está a 15 minutos de Campinas, 1 hora da cidade de São Paulo e a apenas 14 km do aeroporto internacional de Viracopos (HORTOLÂNDIA, 2004).

³Segundo Souza (1999), a globalização difere da mundialização. Esta pode ser explicada pela disseminação das mercadorias e dos mercados pelo planeta. A globalização é o controle dos mercados mundiais com a possibilidade oferecida pelo desenvolvimento tecnológico e o exercício da simultaneidade e da instantaneidade dadas pela informática.

sistema econômico escape às finalidades do lugar⁴, destruindo seu trabalho autônomo e a descoberta de suas potencialidades, de sua vocação regional, implicando processos que levam à alienação.

Nesses mesmos lugares onde atuam as redes formadas por empresas corporativas transnacionais, dá-se também o espaço de todos, espaço banal, onde se realizam a vida coletiva e as possibilidades de resistência à alienação e à desigualdade sócio-espacial. Cooperação e conflito estão na base da vida em comum nos lugares, no compartilhamento entre pessoas, firmas e instituições.

O mundo é o conjunto de possibilidades e os lugares, o conjunto de oportunidades. A ação política efetiva-se através da adequação de seu fim (a finalidade ou intenção a que responde no projeto) ao mundo do possível e suas oportunidades. Nas palavras de Santos (2004, p. 258):

[...] O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e criatividade [...].

A ação, portanto, é um processo dotado de propósito, tendo por base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar.

Segundo Dagnino (2006 p.39):

[...] a noção de projeto carrega consigo a afirmação da política como um terreno que é também estruturado por escolhas expressas nas ações dos sujeitos, orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses [...].

Escolhas que não se reduzem apenas a estratégias de atuação, mas produzem significados que integram matrizes culturais e, portanto, políticas, mais amplas. Estas podem estabelecer relações conflituosas, tanto em relação a outras escolhas como com respeito a condições estruturais, recursos e oportunidades, que circundam e qualificam sua implementação.

Nessa perspectiva teórica, a partir da geografia proposta por Santos (2004), dá-se a reflexão sobre as possibilidades de Hortolândia, como poderia ser qualquer outra cidade, e as oportunidades oferecidas nos seus

⁴ O conceito de lugar é definido como o espaço do acontecer solidário. A solidariedade não tem uma conotação moral, baseia-se na concepção de Durkheim, ou seja, realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.

lugares de, através das diferentes práticas participativas como ação política, efetivar-se um projeto político de emancipação.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

Hortolândia é uma cidade estritamente urbana (100%), inexistindo áreas rurais e de preservação ambiental, com alta densidade demográfica⁵. Com 62 km de área territorial, juntamente com Nova Odessa, são os municípios de menor área da Região Metropolitana de Campinas (RMC)⁶.

Desde a década de 1970 tem atraído grandes contingentes populacionais devido ao custo de vida mais baixo e ao valor menor de suas terras, em relação a Campinas, núcleo que atua como sede da região e centro empregador. Hortolândia cresceu industrialmente, caracterizando-se como eixo de expansão do pólo tecnológico campineiro, constituindo-se inicialmente como sua área dormitório. De acordo com dados de Hortolândia (2004), 50% da população economicamente ativa (PEA) trabalha em outras cidades.

O município de Hortolândia está imerso num processo de modernização incompleta⁷. O alto grau de tecnologia aplicada requer mão-de-obra altamente qualificada, importada de outras cidades, estados ou até países, e não absorve a população local que estaria abaixo dos requisitos mínimos de capacitação educacional e profissional. A vinda dessas empresas através de incentivos fiscais⁸ contribui para o aumento da receita⁹ da cidade,

⁵ Dados da Fundação SEADE (2000) e IBGE (2000). Segundo Cano (2002) Hortolândia chegou ao ano 2000 com 2.438 hab./km², índice considerado alto se comparado ao do Estado de São Paulo, que é de 149hab/km².

⁶ A criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e sancionada pelo governador Mário Covas em 19 de junho de 2000. É composta por dezenove municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

⁷ Expressão usada por Santos (2004) quando se refere à forma como a globalização se revela nos lugares de países pobres. As modernizações dizem respeito aos interesses hegemônicos, no caso de Hortolândia as empresas transnacionais. A modernidade, o desenvolvimento da técnica e da ciência materializa-se nos lugares (como por exemplo, a fibra ótica), mas, prioritariamente, para benefício do capital, e não de seus cidadãos.

⁸ Em Hortolândia, segundo a legislação da cidade, "a instalação de novas indústrias, a realocização ou ampliação das já existentes, será incentivada pela Prefeitura por meio de incentivos fiscais, doação de áreas e de serviço, obras, reembolso de parte do valor empregado em construções novas, ou em reformas de construções já existentes, ressarcimento de aluguel e de valores despendidos na aquisição de áreas, conforme disciplinado" (Programa municipal de incentivo empresarial de Hortolândia – PROEMPH, leis n^os 525/97, 589/97 e 801/99).

⁹ A Receita da cidade em 2006 foi de aproximadamente 210 milhões. Destes, 27% foram de ICMS, 11% de FPM e 26% de ISSQN. 86% da receita foram usados para gastos com custeio, 2% para dívida e 12% em investimento de novos projetos (HORTOLÂNDIA, 2004).

mas tem pouca influência sobre a economia local. Os empregados utilizam minimamente o comércio do município, preferindo gastar a maior parte dos seus rendimentos nas cidades vizinhas, principalmente Campinas, por apresentarem melhores opções para compras.

A economia de Hortolândia, portanto, é voltada para o setor de serviços e indústrias¹⁰, com a presença de empresas principalmente no ramo de informática, eletrodomésticos, química, telecomunicações, painéis eletrônicos e autopeças. Cano (2002 p. 291) diz o seguinte, referindo-se a Hortolândia:

[...] As características de sua estrutura industrial, centrada em grandes e dinâmicas empresas, exigentes de altos requisitos tecnológicos e especialização produtiva, limitam os efeitos de encadeamento e de integração com outros segmentos produtivos locais. Neste contexto, parcela importante desses efeitos propulsores tende a drenar para Campinas, onde reside grande parte da mão-de-obra especializada e os escalões administrativos e gerenciais das empresas [...].

De outro lado, segundo Ramos (2003), Hortolândia oferece mão-de-obra barata para a execução de serviços domésticos e atividades de baixa remuneração, como pedreiros, eletricitistas e outros à classe média de Campinas.

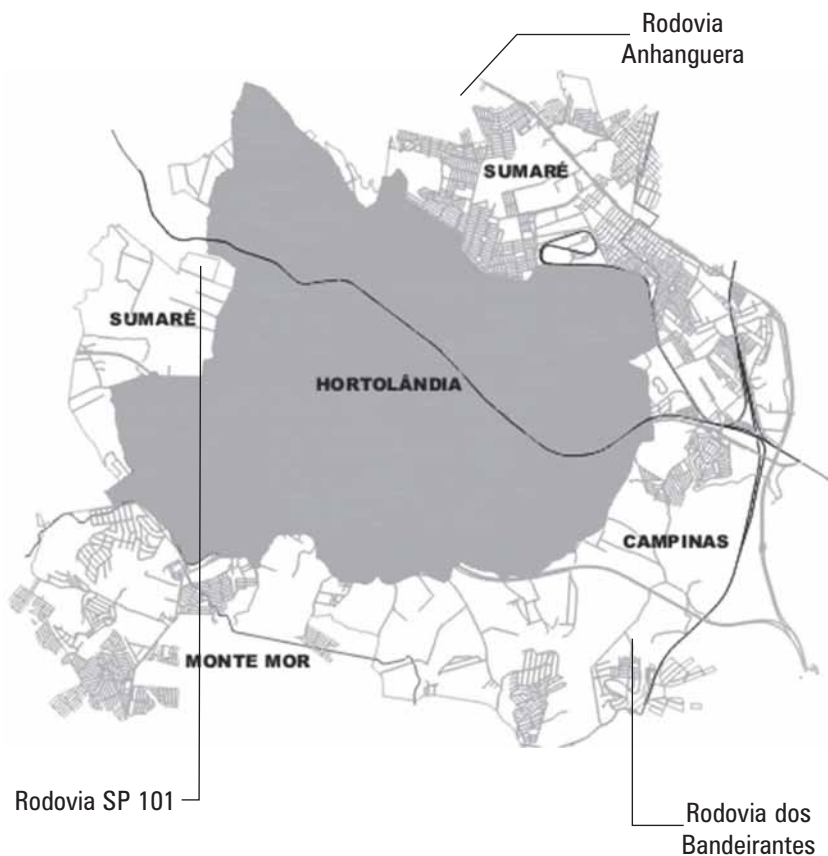
A cidade é cortada por rodovias intermunicipais¹¹ como pode ser visto na **Figura 1** que levam os produtos da modernidade, gerados em suas indústrias transnacionais de alta tecnologia, para outros lugares, mercados e nações. Essas mesmas rodovias fragmentam a cidade, fazendo com que ela se espalhe em núcleos de comércio, moradia e outros, e ao mesmo tempo levam muitos de seus cidadãos para cidades maiores, como Campinas.

A seguir, alguns dados do censo IBGE (2000) atualizados pela Prefeitura Municipal de Hortolândia em 2004. A população de Hortolândia é de cerca de 200.000 habitantes. Os jovens com menos de 19 anos constituem 40,7% da população e os adultos acima de 30 anos correspondem a 40,29%. Aproximadamente 18% dos habitantes vivem em áreas irregulares: 38 favelas (áreas verdes ocupadas), 6 ocupações e 11 loteamentos irregulares ou

¹⁰Hortolândia possui 201 indústrias, 1708 estabelecimentos comerciais, 6040 empresas prestadoras de serviços e 559 de outros setores (HORTOLÂNDIA, 2004).

¹¹ A cidade é margeada pelas rodovias Anhangüera, pela SP101 (rodovia Jornalista Francisco Aguiar Proença, que liga Campinas a Monte Mor). O bairro denominado Jd. Amanda é cortado pela Rodovia dos Bandeirantes (HORTOLÂNDIA, 2004).

clandestinos, perfazendo um total de 8.374 famílias, das quais 34% encontram-se em situação de risco. Os serviços de água encanada (99%), coleta de lixo (99,5%) e energia elétrica cobrem praticamente toda a cidade. O município não possui captação, canalização e tratamento de esgoto; pelo menos 35% das ruas precisam de pavimentação. Hortolândia figura entre os municípios que apresentam maior índice de crescimento populacional do país (6,33% ao ano entre 1991 e 2000 e 3,90% entre 2000 e 2005, contra um crescimento médio de 2,01% na Região Metropolitana de Campinas). Possui um alto índice de desemprego (11%), concentração de população com baixa renda e índices alarmantes de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos (13,52%), a maioria fruto da violência urbana.



Fonte: Hortolândia, (2004)

Figura 1 – Localização do município de Hortolândia

3. A EMANCIPAÇÃO DE HORTOLÂNDIA

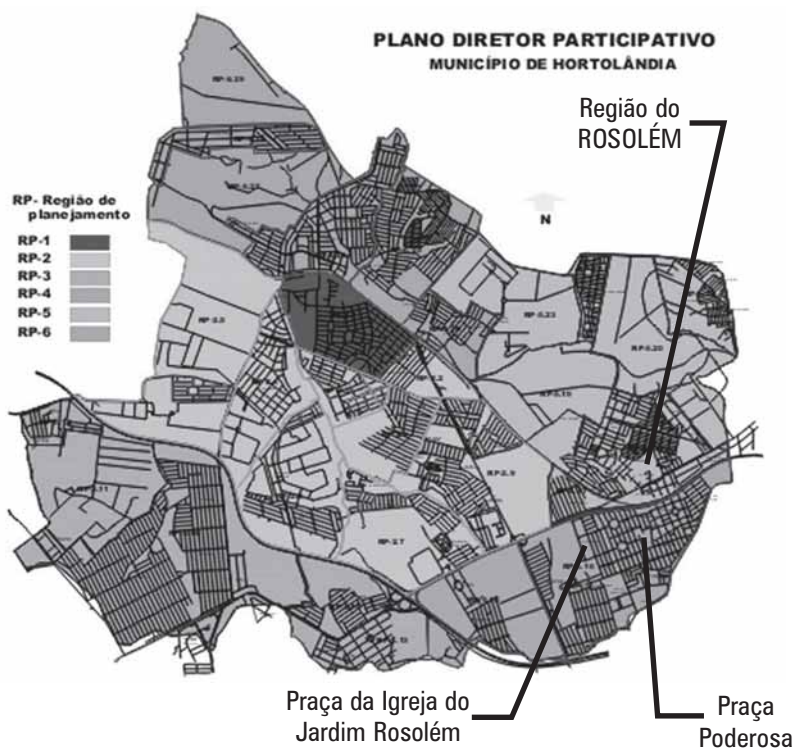
Na década de 50, a população de Sumaré praticamente dobrou; na década de 60 o crescimento foi ainda maior (116,2%) e na década de 70 houve um aumento de 341%, devido ao intenso movimento migratório, na maior parte proveniente do próprio Estado. Nesse período, Sumaré tornou-se uma das cidades mais industrializadas do país, que apresentava maior crescimento populacional (16% ao ano) e, ao mesmo tempo, uma das mais problemáticas em termos sociais (TOLEDO, 1995).

Para atender a demanda por moradia a Prefeitura de Sumaré aprovou loteamentos que não preenchiam os requisitos mínimos: sem água encanada, luz, esgoto, pavimentação. Os loteamentos eram aprovados segundo as leis locais que se adequavam aos interesses dos loteadores e não às necessidades da população, favorecendo a especulação imobiliária. Esse quadro fez crescer a favelização da cidade. O parque industrial crescia, e os migrantes chegavam atraídos pelo emprego e pelo baixo custo da terra em comparação com Campinas. Na década de 80, com a recessão econômica que assolava o país, as indústrias não só diminuíram o número de empregados mas fizeram demissões em massa, causando sérios problemas sociais e fazendo eclodir a violência e a criminalidade (TOLEDO, 1995).

Segundo Rodrigues (2004), a relação do distrito de Hortolândia com a cidade de Sumaré foi marcada pelo descaso da cidade, principalmente a partir da década de 60, quando se instalaram no distrito muitas indústrias que levaram a um significativo aumento da concentração populacional. Na década de 80, a população de Hortolândia aproximava-se da casa dos 100 mil habitantes, enquanto o município inteiro de Sumaré tinha pouco mais de 220 mil. A situação era praticamente a de uma cidade dentro da outra, pois Hortolândia era responsável por 65% de toda arrecadação de impostos da cidade. Essa receita, contudo, não retornava para o distrito na mesma proporção. Rodrigues (2004, p.53) apresenta um quadro da situação:

[...] Diante da falta de integração com a “sede” da cidade mãe e com o pouco investimento público, consequência da falta de planejamento, faltava praticamente tudo. O abastecimento de água era caótico. No quesito segurança, a região do ex-distrito era considerada uma das mais violentas do país, chegando a ser chamada, no meio policial, como a “Baixada Fluminense” de São Paulo. Uma alusão à região do Estado do Rio de Janeiro muito conhecida pelo alto grau de violência. O sistema de saúde era precário, não havia asfalto nos bairros e o esgoto corria a céu aberto nas ruas do então distrito. [...]

Essa realidade, a partir de 1970, fomentou vários movimentos sociais, práticas participativas, incluindo o movimento pró-emancipação, no final da década de 80, e outros ao longo da década de 90 até os nossos dias. Essas práticas nasceram principalmente na região do Rosolém¹² (Figura 2), que foi a segunda região urbanizada do município, depois do centro da cidade (Vila Real), e possui importância histórica, pois ali se originam as principais lideranças políticas que permanecem naquele local até hoje (KURKA, 2008).



Fonte: Hortolândia (2004)

Figura 2 – Localização da região do Rosolém

¹² A cidade de Hortolândia está dividida em seis regiões (Figura 2). A região do Rosolém possui 20 bairros com aproximadamente 40.000 habitantes. É composta pelo bairro Jardim Rosolém, onde começou a região, onde nasceram os movimentos sociais, e os demais, tais como: Chácara Assay, Sta. Esmeralda, Jd. Terras de Santo Antônio, Jd. Adelaide, Jd. Lírio, Jd. Paulistinha, núcleo Sta. Izabel, Vila Ipê, Condomínio Residencial Monte Carlo, Condomínio Residencial Di Mônaco, Jd. Santo Antônio, Jd. Nossa Senhora da Penha, Jd. Viagem, Jd. Santa Cândida, Jd. Santa Isabel, Jd. Ricardo, Jd. São Benedito, Jd. Nossa Senhora de Lourdes, Chácaras Fazenda do Coelho e Jd. Nossa Senhora de Fátima – Hortolândia (2004).

A região do Rosolém está isolada do resto da cidade. Para quem vem de Campinas pela rodovia SP 101 (rodovia Jornalista Francisco Aguiar Proença), essa é a região de entrada de Hortolândia, pois a rodovia margeia os bairros e a entrada oficial dessa cidade, seguindo, depois, em direção à cidade de Monte Mor. Essa característica faz com que os moradores do Rosolém busquem mais o centro de Campinas do que o de Hortolândia, devido à proximidade com aquela cidade e à facilidade de transporte intermunicipal.

Duas praças no Rosolém, distantes menos de 500m uma da outra, merecem destaque por ser o espaço geográfico de práticas participativas: a Praça Poderosa e a Praça da Igreja do Rosolém. É nelas que acontecem as festas, assembléias e muitas ações políticas (HORTOLÂNDIA, 2004).

4. DUAS PRAÇAS: ESPAÇOS DE EVENTOS, LUGARES DE ENCONTROS E DE AÇÕES POLÍTICAS

Segundo Queiroga (2003) a praça é um espaço voltado essencialmente para o encontro no âmbito da esfera da vida pública. Enquanto espaço, a praça é um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações.

[...] Afirmando-se a praça como espaço, importa qualificá-la a partir da natureza dos eventos nela verificados, tanto ou mais que pelo sistema de objetos. O que define a praça é o que nela se realiza. Assim, um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acesso, voltado para o encontro, é que vai caracterizar o espaço como praça. Os eventos se concretizam nos lugares da praça, próprios para manifestações políticas, comemorações e protestos. Espaço carregado de simbologias, de memórias do lugar, que tanto pode afirmar o poder de instituições como pode ser lugar por excelência da crítica e do ato público [...] . (QUEIROGA 2003, p.139).

É o que se pretende mostrar com a descrição das praças da Igreja do Rosolém e da Poderosa em Hortolândia.

4.1. A PRAÇA DA IGREJA DO ROSOLÉM

Esse espaço tem praticamente as mesmas dimensões da Poderosa, cerca de 1.400 metros quadrados, ou pouco mais. Em um dos lados da praça foi construída pela comunidade, através de mutirão, a Igreja Nossa

Senhora da Aparecida, sede da paróquia do Rosolém. Conta também com dois salões de festa, salas de aula e um salão que foi cedido para a cooperativa da mandioca, com cozinha e área de convivência. No entorno da edificação, há um espaço aberto com bancos, palco para apresentações, assembléias etc. Ali, os jovens e as famílias se encontram, todas as noites, circulando pela praça. É o lugar de assembléias, reuniões de formação, cursos, atos de protesto, festas, desde o final dos anos 70, com a participação de seminaristas ligados à Igreja Católica, quando grupos de moradores, tanto de Hortolândia como de outras partes de Sumaré, organizaram-se em movimentos sociais para a melhoria das condições de vida. As reivindicações, de modo geral, incluíam problemas relacionados à água, esgoto, pavimentação e transporte. O Partido dos Trabalhadores de Sumaré surgiu, em 1982, como fruto desses movimentos (KURKA, 2008).

Em 1983, a experiência de uma horta comunitária com membros das comunidades eclesiais de base (CEB's) e a reflexão dos grupos sobre a terra, o retorno a ela como moradia e local de cultivo e sustento, levaram a questões relativas à reforma agrária. Iniciaram-se, então, as mobilizações e ocupações de terra na região, que deram origem ao Movimento dos Sem Terra (MST) no Estado de São Paulo (RODRIGUES, 2004)

Diante da crise econômica dos anos 80, a horta comunitária, cujos produtos eram vendidos para os próprios trabalhadores, assim como para moradores de vários bairros, foi uma alternativa para a geração de renda, como narra um dos participantes citados por Martins (2004 p 75).

[...] A horta foi a forma dos antigos lavradores, que estavam há alguns anos na cidade e ficaram desempregados nas fábricas, tomarem contato de novo com a terra. Foi uma motivação. Todos estavam vendo que a terra estava produzindo e que estava ao alcance de todos. A horta foi uma experiência prática que deu impulso à discussão que vinha ocorrendo à exaustão nas Comunidades Eclesiais de Base Senhora Aparecida (Igreja do Rosolém). Nessa discussão, estava sendo praticado o novo jeito de ser Igreja, formado pela Teologia da Libertação, que deu a base moral para o movimento dos futuros assentamentos, de Sumaré entre outros [...].

De 1983 a 1987 foram formados seis grupos, a partir do Rosolém em Hortolândia, que ocuparam diversas áreas na região de Campinas. É o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST) que emerge em Hortolândia e tem sua ação estendida até o Pontal de Paranapanema (MARTINS, 2004).

Entre 1988 e 1992 a organização e mobilização do movimento de ocupação de terras em Hortolândia adquirem um caráter urbano. As ocupações passaram a ser para moradia apenas e não como forma de trabalho e sustento, como no MST. Esse é o embrião do Movimento pela Moradia que, em 1993, unificou-se ao movimento organizado na cidade de São Paulo, tomando um cunho mais amplo no Estado (KURKA, 2008).

De 1988 a 1991, as ações (assembléias, reuniões, panfletagem) se concentraram na emancipação do distrito de Hortolândia como cidade. Acreditava-se que isso resolveria os graves problemas sociais da futura cidade, situada na periferia pobre de Sumaré. O Movimento contou com vasto apoio popular, que envolvia igrejas, associações de moradores e outras instituições, sob a liderança de Antonio Dias, que veio a ser o primeiro prefeito eleito da cidade, em 1992. O argumento central para a mobilização popular pró-emancipação era o fato de que a maioria das indústrias concentrava-se no distrito de Hortolândia, correspondendo a 65% do total de impostos arrecadados pela cidade de Sumaré. Desses, apenas 10% eram devolvidos para o distrito na forma de benefícios para a população, não atendendo as demandas de infra-estrutura urbana (água, esgoto, pavimentação, transporte, equipamentos públicos e sociais etc.) (RODRIGUES, 2004).

Em 2002, a partir da ajuda da pastoral humana da Igreja às famílias desempregadas, começa o movimento de formação de cooperativas. A cooperativa da mandioca, produz e comercializa produtos (pães, salgados, tortas, pizzas etc.) feitos com a massa da mandioca. A mandioca, na década de 80, era cultivada na cidade e inspirou a festa da mandioca (evento anual que ocorria na praça), iniciativa da comunidade católica como forma de captação de recursos para a construção da Igreja. Hoje já não se cultiva mais mandioca na cidade, mas a festa passou a fazer parte do calendário oficial, e é parte da memória das comunidades e da cidade. Essa cooperativa está localizada em um salão da Igreja do Rosolém. A mandioca usada para a confecção dos produtos da cooperativa, assim como para a festa, é produzida e comprada em outras regiões de Hortolândia, como Amanda e outros municípios (KURKA, 2008).

4.2. A PRAÇA PODEROSA

Essa praça foi idealizada para funcionar como centro de integração municipal de cultura e lazer, e deveria chamar-se Praça Municipal de Lazer. Entretanto, na data da sua inauguração, 27 de maio de 1995, durante o discurso de inauguração, o prefeito e idealizador, Antonio Dias, não se

conteve diante de tanta empolgação e, no calor das festividades, proclamou diante da multidão: “A praça é poderosa!” A partir daí a cidade inteira passou a chamar a praça de Poderosa (KURKA, 2008, grifo nosso).

Mas, o que é esse espaço? Segundo Rodrigues (1996):

São 1.400 metros de construção com um custo estimado em um milhão e duzentos mil reais. Possui dois blocos de concreto medindo 25 metros de altura entrelaçados por uma estrutura de ferro formando a letra H, inicial do nome da cidade. Além do gigantesco H, que se tornou uma espécie de mirante da cidade, há uma fonte que faz evoluções nos bicos de água, também evidenciando a letra. Um espelho d’água é a base para o palco, escadas levam ao subsolo, o que possibilita a infra-estrutura para apresentações artísticas. São quatro toaletes, um camarote, duas salas de banho e uma sala para a zeladoria da obra. A praça tem ainda dois sanitários públicos em forma arredondada, quatro cabinas telefônicas no estilo europeu (inglês), arquibancada para duas mil pessoas, postes de luz no mesmo estilo das cabinas telefônicas e, nos quatro cantos da praça, há estátuas de mulheres nuas, simbolizando cada estação do ano. Dentro de cada um dos espelhos d’água há uma estátua do rio Téver, figura mitológica que lembra a importância da água para a cidade. Ironicamente, foi por causa da falta d’água, num fim de tarde de uma sexta-feira, que um grupo de mulheres invadiu a praça para lavar roupa no espelho d’água. Isso aconteceu em agosto de 1996, um ano depois da inauguração da praça. Pelo quarto dia consecutivo não havia água nas torneiras das casas; assim, num ato de protesto, as mulheres invadiram a praça e lavaram as roupas de suas famílias no espelho d’água. Esse ato simbólico repercutiu por toda a cidade.

Essa praça não é utilizada com frequência pela população, que só no início, quando estava recém-inaugurada, trocou a Praça da Igreja do Rosolém (principalmente a juventude que lá se reúne todas as noites) pelo novo espaço. Atualmente é um local que sofre permanente vandalismo, subutilizado em sua estrutura para eventos culturais. Antes da construção dessa obra, faraônica e milionária, havia um campo de futebol que atraía crianças e adultos do bairro que para lá se dirigiam todas as tardes.

Segundo as mulheres da poderosa, como elas se tornaram conhecidas, era preciso fazer alguma coisa diante da falta de água, um direito básico da população. É interessante observar que, de uma das torres, no topo do mirante, é possível avistar alguns bairros da cidade. Em um deles, localizado na região do Novo Anglo, atrás de um assentamento dos sem teto (Parque Perón) que fica a dois quilômetros da praça, crianças e

adolescentes brincam na pequena represa formada pelo esgoto do complexo penitenciário, construído pelo governo do Estado e que abriga cerca de 7.000 pessoas. O esgoto é despejado nas águas de uma das nascentes do rio Jacuba, que corta a cidade. Essa praça contraditoriamente é o grande símbolo do primeiro governo após a emancipação da cidade de Hortolândia (KURKA, 2008).

5. ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM HORTOLÂNDIA COMO RESPOSTA AOS PROBLEMAS DA CIDADE

O processo de participação social em Sumaré e Hortolândia foi consequência das necessidades percebidas por grupos nos lugares da cidade. Estas necessidades sociais estão relacionadas também com a opção pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, com uma intensa e extensa política de incentivos às indústrias a partir da década de 50 (KURKA, 2008).

A construção de uma malha rodoviária de alta velocidade projetada, prioritariamente, para escoamento da produção da região, acarreta problemas aos moradores da cidade que precisam da rodovia para se deslocar e acessar outros bairros de Sumaré/Hortolândia e cidades da região através de ônibus, bicicletas, ou mesmo caminhando. Diante dessa realidade, foram inúmeras as ações de protesto, reivindicações e negociações com as empresas e o D.E.R. (Departamento de Estradas de Rodagem), devido ao custo e à quantidade/qualidade do transporte público, à falta de manutenção das rodovias e à ausência de passarelas ou redutores de velocidade. Eram frequentes os acidentes com mortes por atropelamento de pedestres. As demandas por infra-estrutura urbana para a instalação das indústrias foram atendidas, como parte dos incentivos, diferentemente do fornecimento à população da cidade, sendo então frequentes as ações de protesto contra a falta d' água, pavimentação e esgoto (KURKA, 2008).

Ao mesmo tempo em que Sumaré/Hortolândia recebiam as indústrias especializadas, o que gerou uma demanda de trabalhadores treinados, também passou a abrigar uma população pobre e desqualificada, em busca de trabalho, gerando uma explosão demográfica a partir da década de 70, com demandas sociais de toda ordem. A expansão da cidade passou a ser dirigida, principalmente, pelos interesses das indústrias em nome da ideologia do desenvolvimento econômico. A realidade social de Sumaré, no período de 1975-1991, agravou-se ainda mais com a aprovação indiscriminada

de loteamentos (especulação imobiliária), sem os serviços básicos e de infra-estrutura (TOLEDO, 1995).

A demanda da população por pavimentação e outros equipamentos urbanos era atendida mediante cobrança de taxas de melhoria ou na elaboração de planos comunitários, que significavam rateio das despesas entre os moradores (KURKA, 2008).

No período de 1953 a 1974, devido à urbanização acelerada da cidade de Sumaré e seus problemas com a falta de infra-estrutura, a ênfase da participação social recaiu sobre o associativismo filantrópico através de entidades sociais e, numa perspectiva comunitária, com os grupos de ajuda mútua nos bairros. A partir de meados da década de 70, e principalmente nos anos 80, como reflexo também da conjuntura nacional, a participação social revelou um cunho político, expresso na construção de projetos que ultrapassaram os interesses apenas de indivíduos ou grupos (KURKA, 2008).

Os Movimentos Sociais, como os Sem-terra e o da Moradia, até a década de 90, tiveram uma importância não só para a cidade, mas, também, como instrumento de conexão de Hortolândia ao movimento mais geral no Estado de São Paulo, como referência de organização política. Já o protesto das mulheres na lavagem de roupa na praça Poderosa revela uma reação à maneira como se elabora e se constrói um projeto para uma cidade que precisa de centros de cultura e lazer, mas sem priorização ou atendimento de outras necessidades dos cidadãos, no caso, o abastecimento de água. E, principalmente, denuncia a necessidade e a falta de participação da população nos controles dos gastos e na elaboração de projetos que sejam de fato de interesse da maioria (KURKA, 2008).

A compreensão dos significados dessas práticas participativas, levando em consideração a efetivação de um projeto que busque a justiça e também equidade social, envolve a compreensão do Estado na relação com a sociedade civil, principalmente a partir da emancipação política da cidade em 1991, e as mudanças constitucionais no país. A partir da Constituição de 1988 há certa migração dos ideários dos movimentos sociais para o Estado. O antagonismo frequente entre a sociedade civil e o Estado dá lugar à possibilidade de ação conjunta para o aprofundamento democrático (KURKA, 2008).

Nesse sentido, vale destacar as eleições municipais de 2004 em Hortolândia, em que o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido oposição às três administrações anteriores, elege para prefeito um ex-seminarista e militante ativo dos movimentos sociais, com 65% dos votos para o

mandato 2005-2008. O novo governo, formado por ex-dirigentes dos movimentos sociais, em seu discurso político-programático, inova em relação às administrações passadas pois valoriza e incorpora a participação da população na co-gestão das políticas de governo. Os resultados das eleições de 2004 e a mudança no discurso político da administração municipal, é uma conquista dos movimentos sociais, uma consequência de 20 anos de lutas de resistência para a construção de um projeto próprio de cidade. Resta saber se essa mudança será percebida nos lugares, no uso do território e não como o que se percebeu na Poderosa, marco da primeira administração do município (KURKA, 2008).

Merece destaque também o papel da Igreja Católica no acolhimento aos migrantes no final da década de 70 e início dos anos 80, e o apoio e fomento de boa parte das práticas participativas na cidade. Os migrantes, como coloca Lowenthal (1975) citado por Santos (1994), chegam com o sentimento de que o passado é um outro lugar ou é em um outro lugar. No lugar novo o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro mas, em seguida necessidade de orientação.

Essa orientação para a vida individual e coletiva na cidade vai se dando na construção de projetos, no processo de percepção e encontro, no que Sawaia (1995) denomina de o calor do lugar que é produzido pela segurança e por uma forte dose do sentimento de gente entre os pares.

Nessa perspectiva, a Igreja tem uma participação importante na vida de muitos migrantes nesse encontro “entre os pares” produzido pela identidade da fé e dos valores cristãos, que levam também à formação de práticas participativas desde a década de 70 (grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região de Campinas, onde está a cidade de Hortolândia, recebeu atividades industriais especializadas, voltadas mais à natureza do funcionamento do mundo globalizado do que às particularidades do processo de urbanização da região, segundo a perspectiva teórica de Santos (2004). A industrialização acelerou o processo de urbanização, proporcionando o ingresso da cidade Hortolândia numa sociedade urbano-industrial com expressivo crescimento populacional e especulação imobiliária, provocando demandas na área habitacional, entre outras. Com isso, a expansão da cidade passou a ser dirigida, principalmente, pelos interesses dessas indústrias em nome da ideologia do desenvolvimento econômico. Esta realidade revelou um processo de ideologização com a ausên-

cia de explicitação dos outros interesses não endógenos, que impediram o maior desenvolvimento social da cidade. Nesta direção interpretativa, Santos (2004) dirá que esta realidade é resultado de uma solidariedade organizacional verticalizadora, que atende a interesses externos e implica na alienação dos lugares, sendo esta uma das causas da pobreza refletida nas desigualdade socioespaciais da cidade.

Contudo, apesar desta solidariedade organizacional, fica evidente que os grupos nos lugares da cidade de Hortolândia se uniram horizontalmente em busca do atendimento das necessidades sociais como um início de resistência aos processos de alienação mencionados.

A diversidade de sujeitos políticos em Hortolândia revela uma extraordinária riqueza e um movimento gerador de oportunidades, a partir dos lugares da cidade, importantes para a formação de resistências a processos geradores de desigualdade sócio-espacial.

Nesse sentido, a participação social como ação política dos sujeitos tem se mostrado um elemento estratégico para efetivação do projeto político da emancipação da cidade, na consolidação de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, R. de S. C.. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Área de publicações CMU/ UNICAMP, 1996.

CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coords). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra/Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

HORTOLÂNDIA. Prefeitura Municipal de. Departamento de Desenvolvimento Econômico. 2004

KURKA, A. B.. **A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolândia**. Tese de doutorado. PUC/SP.2008

LOWENTHAL, D.. Part time, present place: landscap and memory. The geographical review, nº 1, v. 65, p. 1-36, 1975, citado por SANTOS. M.. MetrÓpole. A força dos fracos é seu tempo lento. In: **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e

meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edit. Hucitec, 1994.

MARTINS, J. P. **Terra nossa prometida**; os 20 anos do assentamento de Sumaré. Campinas: Editora Komedi, 2004.

QUEIROGA, E. F. O lugar da praça: pracialidade contemporânea na megalópole do sudeste brasileiro. In: SOUZA, M. A. A. de (org.). **Território brasileiro**. Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

RAMOS, M.. **Gestão urbana de Hortolândia após a emancipação política**. Campinas: 2003. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Sociais da PUC/ Campinas.

RODRIGUES, J.. **Sumaré por inteiro**. Campinas: Editora Komedi, 2004.

_____. **Hortolândia Hoje**. Campinas: 1996. Trabalho de conclusão do curso de Jornalismo na. PUC/ Campinas.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAWAIA, B. B.. Participação Social e Subjetividade. In: SORRENTINO, M. *et al* (org.) **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**, São Paulo EDUC/FAPESP, 2001.

SOUZA, M. A. A.. Território, soberania e mundo novo. Belo Horizonte: 1999. Texto elaborado para o **Ciclo de Debates sobre Políticas Macroeconômicas – Alternativas para o Brasil**.

TOLEDO, F. A.. **Uma História de Sumaré**: das sesmarias a indústria. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995.